



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 46**

*de 16 de agosto de 2005*

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 1211/2005  
de, 19 DE ABRIL DE 2005, ONDE CRIA O PRODECO - PROGRAMA  
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DO MUNICÍPIO DE  
JARDIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*EVANDRO ANTONIO BAZZO, Prefeito Municipal de Jardim - Estado de Mato  
Grosso do Sul, usando das atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.*

### **Art. 1º..**

*A Lei Municipal n.º 1211/2005 de 19 de Abril de 2005, passa a vigorar  
com as seguintes alterações, e acrescida do inciso V do artigo 2º :*

**Art. 2º..** *Para a implantação do PRODECO, fica o Chefe do Poder  
Executivo Municipal, com base em parecer aprovado pelo Conselho  
Municipal de Desenvolvimento, autorizado a:*

### **I.**

*doar terreno para a construção de obras necessárias para o  
funcionamento da empresa interessada em instalar ou expandir as suas  
atividades em Jardim;*

### **II.**

*executar, diretamente ou através de terceiros, serviços de infra-estrutura  
necessários à edificação de obras civis e de vias de acesso;*

### **III.**

*conceder redução ou isenção de ISSQN, como incentivo ao turismo receptivo, para entidades organizadoras que promovam em Jardim, congressos, seminários, convenções, simpósios, encontros e jornadas de âmbito regional, nacional ou internacional de natureza técnica, científica ou cultural;*

### **IV.**

*conceder redução ou isenção de taxas e do ISSQN decorrentes de obras de construção ou ampliação, bem como do IPTU - Imposto Territorial e Predial Urbano, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada;*

### **V.**

*a área de terreno, objeto de doação na forma da presente lei, no prazo de 10(dez) anos contados da data da doação, não poderá ser objeto de transação ou comercialização, seja a que título for, bem como de garantia de alienação, comodato, empréstimo, vedada portanto, para fins diversos do estabelecido na presente lei.*

### **1º.**

*Em casos excepcionais, o Poder Executivo Municipal, com base no parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento, fica autorizado a firmar as escrituras de transferência de domínio, sob a cláusula de Pacto Adjetivo de Hipoteca, para que as pessoas jurídicas ou físicas possam obter financiamento junto as instituições financeiras, exclusivamente, para atendimento do projeto do PRODECO.*

### **2º.**

*a isenção do IPTU que trata o inciso IV deste artigo, é anual, devendo ser requerida a sua renovação anualmente, mediante comprovação de efetivo funcionamento com o número de funcionários do ano anterior, considerando-se a média mensal dos efetivamente empregados ou contratados através de terceiros;*

**3°.**

*a redução ou isenção do IPTU, prevista no inciso IV deste artigo, poderá ser concedido pelo prazo de até 07(sete) exercícios fiscais;*

**4°.**

*os incentivos previstos neste artigo também poderão ser concedidos as empresas já instaladas que objetivem ampliar ou relocar as suas atividades ou instalações;*

**5°.**

*caso o município não possua a área de terreno apropriada às necessidades da empresa interessada, o prefeito poderá efetuar a desapropriação, na forma da legislação aplicada a matéria;*

**6°.**

*na escritura de doação será feito o registro de cláusula de reversão, aplicável nos casos de ocorrência das hipóteses previstas no § 7º, deste artigo;*

**Art. 4°..**

*Para os fins de cumprimento da presente Lei, fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento ao qual compete:*

**II.**

*examinar e emitir parecer sobre a viabilidade ou não da concessão de incentivos para projetos de desenvolvimento econômico a serem implantados pelo poder público municipal;*

**Art. 5°..**

*Para pleitear os incentivos do Programa, previstos no Art. 2º. A empresa interessada deverá apresentar Carta Consulta, na Assessoria de Comércio Agropecuária, conforme modelo integrante do regulamento desta Lei.*

#### **Art. 7º..**

*As empresas deverão cumprir todas as exigências no tocante à legislação trabalhista, à ecologia e meio ambiente, evitando qualquer dano à natureza sujeitando-se a todas as normas da legislação federal, estadual e municipal,*

#### **Parágrafo único. .**

*O não cumprimento dessas exigências implica na perda do direito aos benefícios recebidos. A instância encarregada de avaliar o correto cumprimento das exigências será o CMD.*

#### **Art. 8º..**

*O Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) será composto pelos seguintes membros:*

#### **IV.**

*um representante indicado pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;*

#### **Art. 10.**

*Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas disposições em contrario.*

*JARDIM-MS, 16 DE AGOSTO DE 2005.*

*EVANDRO ANTONIO BAZZOPREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Complementar Nº 46/2005 - 16 de agosto de 2005*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*